

Parecer nº 113/99

Data: 1999.07.14

Processo nº 575

Requerente: Director-Geral das Pescas e Aquicultura

1. O Director-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) requereu à CADA, através do of. 4827, processado com o nº 150 pelos serviços da Comissão, a emissão de parecer sobre a legalidade da emissão de certidão de documentos referentes a :
 - declarações prestadas por 2 funcionários da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura em processo de inquérito;
 - relatório final do processo disciplinar dos mesmos funcionários;
 - nota de culpa de 2/09/97 referente aos supra citados funcionários.

As certidões foram requeridas pelo Director Regional das Pescas e Aquicultura do Norte, “para efeitos judiciais em queixa crime “ que lhe foi movida por um dos funcionários sancionados. Os três documentos sobre os quais se suscita dúvida foram remetidos à CADA e constam dos autos, não cabendo dos mesmos resumo nesta sede, dada a sua natureza.

2. Não releva para os efeitos da LADA, apurar se cabem ao cidadão que requereu acesso a documentos ao abrigo da LADA outros meios legais - designadamente no âmbito do processo penal - para obter os dados que tem por pertinentes para os efeitos judiciais em causa. A intervenção desta autoridade administrativa independente não suspende o decurso de quaisquer prazos judiciais e não substitui outros procedimentos e garantias que a lei faculta aos cidadãos.

Cabe, sim, apurar se se verificam no caso concreto as condições de que a LADA faz depender o acesso de terceiros a dados em que tenham interesse.

3. De acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - Lei nº. 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações constantes da Lei nº.8/95, de 29 de

Março, quando os documentos administrativos contenham dados pessoais (que a lei define como "informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada"), o acesso é "reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal" (art. 7º/2).

Compete à Comissão de Acesso aos Documentos da Administração emitir parecer sobre a efectiva existência de tal interesse directo e pessoal (art. 8º).

4. É precisamente essa a circunstância subjacente ao pedido do requerente que deu origem à presente consulta à CADA.

Os documentos em causa integram diversos tipos de informações, cujo grau de protecção mediante sigilo foi variando ao longo do processo.

Certas informações contidas nos documentos do processo (maxime os referentes às sanções aplicadas) tornaram-se acessíveis a todos. Mas, na extensão pretendida, são acessíveis ao requerente ?

Afigura-se manifesto o interesse pessoal e directo do requerente no conhecimento de todos os factos que relevem para a sua defesa em processo crime que lhe moveu um dos sancionados por violação de normas de administração financeira do Estado e negligência grave no cumprimento de deveres profissionais.

5. Nestes termos, a CADA emite parecer favorável à consulta e reprodução por fotocópia dos documentos constantes do processo supraidentificado.

Lisboa, 14 de Julho de 1999

José Magalhães (Relator) – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Branca Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)